

Brasil, 1964:

a bem da verdade, as ideias postas no lugar



Estevão C. de Rezende Martins

Doutor em Filosofia e História pelo Ludwig-Maximilians, da Universität München/Alemanha. Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisador do CNPq. Autor, entre outros livros, de *Teoria e Filosofia da História*: contribuições para o ensino de História. Curitiba: W. A. Editores, 2017.
echarema@gmail.com

Brasil, 1964: a bem da verdade, as ideias postas no lugar

Brazil, 1964: in fact, the ideas put in place

Estevão C. de Rezende Martins

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, 335 p.



Em seu conhecido livro *Eichmann em Jerusalém*¹, no qual relata o julgamento do carrasco nazista em 1961, Hannah Arendt (1906-1975) enuncia um conceito estratégico para explicar (mas não justificar) inúmeros fenômenos dramáticos do século 20: a banalidade do mal. A filósofa defende que, como resultado da massificação da sociedade, se criou uma multidão incapaz de fazer julgamentos morais, razão por que aceitam e cumprem ordens sem questionar, seguindo assertivas sem fundamento, aceitando – tal como um rebanho aprisionado por antolhos ideológicos e por alienações as mais diversas – qualquer coisa que se lhes impingisse.

Um dos males persistentes há muito, e que parece haver-se espreado sem entraves pelo século 21 adentro, por toda parte, é a banalização da mentira como uma das perversões da sociedade contemporânea. As redes sociais e seu uso indiscriminado, sem critérios, sem cuidados e sem escrúpulos, imprimiram um crescimento exponencial ao mundo da mentira, travestido de alegações que pretendem, como dizem não poucos, “restabelecer a verdade”, porém criam versões fantasiosas, defendem cenários ilusórios, inventam mundos paralelos. Desavergonhadamente propagam-se incontáveis fábulas, sobretudo políticas – mas igualmente raciais, religiosas, étnicas, de gênero e sabe-se lá quantas mais.

No Brasil atual, mais acentuadamente desde 2019, difundem-se intencionalmente representações falsas da história política recente do país, em particular acerca da vida nacional após 1946 até o golpe de 1964 e sua ditadura (e mesmo quanto ao período subsequente). Grassam sem peias, como pragas do fim do mundo, esgrimas semânticas (golpe ou revolução?), piruetas verbais (salvação do perigo comunista ou aborto de reformas almejadas?), argumentos pretensos (demonização da política ou neodespotismo civil-militar?), preconceitos grosseiros (país sob ameaça do apocalipse econômico e da desordem pública?) – dentre inúmeros aspectos que se pode considerar desde o fim do período getulista até o colapso do governo João Goulart.

O pensamento histórico é um dos modos de nos precavermos contra a contaminação do espaço público pela mentira, pela infâmia, pela calúnia, pela

¹ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: uma reportagem sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

manipulação de informações e de pessoas. Toda reflexão histórica requer que se esclareça, com acurácia, os antecedentes do período ou episódio estudado, para bem se conhecer o contexto em que as ações ocorrem e entender-lhes razões, motivos, causas e efeitos, consequências, desdobramentos.

A história política contemporânea brasileira viveu, no golpe de 1964, uma reviravolta que não caiu subitamente do céu e não se esvaiu em um piscar de olhos. Mesmo os que foram participantes ou espectadores do período 1964-1985 precisam do apoio reflexivo da pesquisa histórica para não cederem à tentação das aparências e das preferências.

O livro de Rodrigo Patto Sá Motta é fruto de estudo longo, cuidadoso e pormenorizado de um amplo e sólido conjunto de fontes – dos mais variados tipos: testemunhais, documentais, jornalísticos, analíticos – que resultou em uma síntese crítica clara, de leitura escorreita, em que dados são coligidos para sustentar argumentos claros para descrever, explicar, interpretar e avaliar a vida dos brasileiros no palco da política entre 1946 e 1964.

O autor é um historiador conhecido e reconhecido por sua especialização na história política recente do Brasil, em particular no fremente século 20. Sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo, *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*², publicada em 2002, tornou-se um clássico da historiografia política brasileira. Dentre os muitos livros que escreveu e organizou, pode-se lembrar ainda *Autoritarismo e cultura política*³, coordenado em parceria com Luciano Aronne de Abreu, publicado em 2013, que contextualiza o fenômeno autoritário no espaço sul-americano, para mostrar como a hidra estendia seus tentáculos.

A recidiva autoritária recente levou Rodrigo Patto Sá Motta a reagir, esteado em sua competência, para colocar, em um livro magistral, os pingos nos ii indispensáveis à boa memória e à pertinente análise do que foi o golpe de 1964. “Deixar os historiadores para lá”, como ousou dizer o candidato à presidência da República em 2018, e em seguida eleito, foi a ocasião que exigia justamente recolocar senso – e bom senso! – na consciência histórica e na cultura política dos brasileiros.

Como diz logo em sua introdução, o autor explicita que “o propósito deste livro é mostrar por que os historiadores são devem ser ‘deixados para lá’ e, ao contrário, merecem ser lidos” (p. 15). Com efeito, a qualidade científica do saber historiográfico presta um serviço inestimável à sociedade, ao informar e esclarecer – com fundamento em investigação acurada das fontes, com atenta interpretação crítica dos acontecimentos e do comportamento dos protagonistas, ao longo do conturbado período desde a renúncia de Jânio Quadros à presidência da República até a deposição de João Goulart.

Motta está bem consciente da responsabilidade social do historiador em colocar, ante os olhos da sociedade, a mais cuidadosa explicação dos eventos, como forma de cumprir seu compromisso de assegurar a veracidade do conhecimento e a exigência ética de sua exposição e sustentação. O livro combina, assim, de forma hábil, narrativa e análise, como deve fazer todo bom

² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

³ *Idem* e ABREU, Luciano Aronne de (orgs.). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre-Rio de Janeiro: Edipucrs/Editora FGV, 2013.

livro de História (p. 17). Comprometido com os valores da democracia, com o respeito da verdade e com a exigência de rigor metódico e reflexão crítica e independente, ao longo de seus onze capítulos são relatados adequadamente os acontecimentos relevantes sobre os quais se debruça, de modo que o leitor, familiarizado ou não, dispõe de um quadro bem informado para acompanhar a pertinência empírica e a qualidade interpretativa da narrativa crítica que lhe é oferecida.

Os temas que *Passados presentes* percorre permitem bem entender o cenário brasileiro da cultura política das gerações que se sucederam de 1945 até nossos dias. Na atualidade, há inúmeros aparentes intérpretes que falam sobre o período 1964-1985 carregados de ideias preconcebidas, primando por ignorância dolosa e por *a priori* descolados da realidade. Equilibradamente, Motta repõe as ideias em seu devido lugar.

Da análise do fantasma do “perigo vermelho”, agitado nos anos 1960 como ameaça apocalíptica pesando sobre a sociedade brasileira, passando pela conjuntura internacional e pelo jogo político das zonas de influência da Guerra Fria no hemisfério ocidental (em especial o ativismo estadunidense) e chegando a examinar o contexto social e político do Brasil (com os muitos apoiadores do golpe), Rodrigo Motta traça o perfil político do candente espaço público brasileiro até 1985.

Evidencia que muitos protagonistas da vida política nacional se aliaram para viabilizar o golpe de 1964, que reuniu lideranças civis (políticas, econômicas, religiosas) e boa parte do topo da hierarquia militar do país, notadamente do Exército. Ao explicitar os interesses, as intrigas e os objetivos político-ideológicos do período, Rodrigo Motta combate com eficácia metódica e austera, com estilo conciso e direto, as manobras de desinformação tóxica e de falseamento da história patrocinadas nos dias atuais não apenas por indivíduos que atuam nas redes sociais, campeões da alienação política e histórica, mas igual e infelizmente nos mais altos níveis da estrutura governamental – péssimos exemplos de distorção da cultura política do país.

A esclarecida análise que o autor faz, das correntes nacionalista e reformista no Brasil após 1945, bem como do conservadorismo político e econômico, da cultura do atraso e do imobilismo governamental, abre as portas ao entendimento dos embates enviesados que se multiplicam já no governo Kubitschek (1956-1961) e que se entrecrocaram com mais e mais virulência a partir da desastrosa passagem de Jânio Quadros pela presidência (fevereiro-agosto de 1961): “Assim, parte do impulso conservador que levou ao golpe não se deveu à avaliação de que a esquerda era muito forte e precisava ser reprimida, mas ao medo de perder privilégios e à reação contra o protagonismo político das classes populares” (p. 46). O livro recorre com maestria aos mais recentes debates historiográficos, ricos em informações e investigações que desvelam as muitas variáveis necessárias ao entendimento e à explicação do período. O leitor ganha aqui um fio condutor precioso para orientar-se na leitura sobre o tema.

O plano internacional em que se move a cena política interna é também oportuna e adequadamente inserido na análise: a Revolução Cubana (1959), a crise dos mísseis (1962), o contexto de Guerra Fria, no qual os “blocos socialista e capitalista” se contrapunham numa concorrência feroz, em meio à qual o Brasil passa a navegar pragmaticamente – malgrado a histeria dos dis-

curtos exaltados que dividiam o mundo em metades maniqueisticamente irreconciliáveis.

Rodrigo Motta mergulha com circunspeção nas fontes e percorre as sendas da máquina política da ditadura (cap. 4), do apoio social que esta angariou (cap. 5), dos dilemas que angustiaram a sociedade (cap. 6: aderir, resistir, acomodar-se?), das disparidades da violência de um lado e de outro (cap. 7), da alegação de erradicar a corrupção – muito falada pouco combatida (cap. 8), do “milagre” econômico e de sua brevidade (cap. 9), do desembarque da decadência da ditadura (cap. 10), da precariedade da (re)democratização (cap. 11).

Todos os capítulos estão dotados de um arremate, ao respectivo final, que resume cada argumento analisado. É de grande utilidade para o leitor, para consolidar sua reflexão. O epílogo (p. 305-309) nos recoloca em 2021, com suas contradições e seus desvarios, alertando para o fato de que o estudo histórico do golpe de 1964 de modo algum falaria em favor de qualquer outra aventura golpista – seja lá onde, quando e por que fosse.

Numa democracia, por cambaleante que possa ser, importa respeitar e manter seus princípios políticos e morais, para que todo e qualquer cidadão seja reconhecido e respeitado em sua dignidade inalienável. O último parágrafo do livro exorta o leitor sem medo: “Assim, um olhar mais atento – e crítico – sobre a história da ditadura pode ajudar a exorcizar certos fantasmas. E também a ensinar o valor positivo das instituições e da convivência democráticas, o que implica, necessariamente, o respeito ao pluralismo político e à diversidade de ideias. Ditadura não. Nunca mais” (p. 309).

Resenha recebida em 15 de fevereiro de 2022. Aprovada em 28 de fevereiro de 2022.